

abpi.empauta.com

Associação Brasileira da Propriedade Intelectual
Clipping da imprensa

Brasília, 14 de março de 2025 às 07h56
Seleção de Notícias

MSN Notícias | BR

Patentes

Roche assina contrato mais caro da história de medicamento contra obesidade e o que importa no mercado	3
<small>LUANA FRANZÃO</small>	

O Estado de S. Paulo | BR

14 de março de 2025 | Patentes

Bayer Pharma e Megalabs fazem acordo para venda de medicamentos	7
<small>ECONOMIA</small>	

Estadão.com.br - Últimas Notícias | BR

Marco regulatório | INPI

Opinião Ajustes de Prazo de Patentes: entenda por que é necessária uma definição	9
---	----------

Folha de S. Paulo | BR

14 de março de 2025 | Entidades

Brasil deve escapar da armadilha da baixa e média tecnologia	11
<small>TENDÊNCIAS/DEBATES DESCONHECIDA</small>	

UOL Notícias | BR

Propriedade Intelectual

'Make it Fair': setor criativo britânico se une contra projeto de lei de IA que ameaça direitos autorais	13
---	-----------

Monitor Mercantil Digital online | RJ

14 de março de 2025 | Marco regulatório | INPI

INPI divulga cenário econômico no Brasil entre 2014 e 2024	17
---	-----------

Roche assina contrato mais caro da história de medicamento contra obesidade e o que importa no mercado

SÃO PAULO, SP (FOLHAPRESS) - Farmacêutica Roche assina o contrato mais caro da história (até o momento) de um medicamento contra a obesidade, inflação cresce em fevereiro e outros destaques do mercado nesta quinta-feira (13).

MAIS UM MILAGREIRO

A Roche assinou o maior acordo para um remédio contra a obesidade da sua história. A farmacêutica vai pagar US\$ 5,3 bilhões (R\$ 30,7 bilhões) pelo licenciamento de um medicamento desenvolvido pela dinamarquesa Zealand **Pharma**.

ENTENDA

A empresa suíça vai colaborar no desenvolvimento da petrelintida, um remédio baseado no hormônio amilina.

Ele ajuda as pessoas a não sentirem fome com muita frequência, segurando a sensação de saciedade. Comendo menos, a expectativa é que os usuários percam peso.

As empresas pretendem desenvolvê-lo como um tratamento independente, mas que pode ser combinado com outra possível nova droga da Roche. Elas vão dividir o lucro igualmente.

A Zealand **Pharma** quer que a petrelintida tenha efeitos colaterais menos severos que os tratamentos para a obesidade disponíveis hoje. Pacientes costumam queixar-se de vômito, enjoo e fraqueza.

Vende-se corpo magro. O valor estimado do mercado de remédios para emagrecimento pode ir de US\$ 80 bilhões (R\$ 464 bilhões) a US\$ 140 bilhões (R\$ 812 bilhões), segundo levantamento do jornal

britânico Financial Times.

Quem o domina são as empresas:

- Novo Nordisk, farmacêutica da Dinamarca que produz o Ozempic e o Wegovy;

- Eli Lilly, de origem americana, que fabrica o Mounjaro.

O "BOOM"

O nome Ozempic já entrou para a cultura pop. À base de GLP-1, um hormônio que ajuda a regular os níveis de açúcar no sangue, o remédio foi criado para auxiliar no tratamento da diabetes.

Contudo, logo percebeu-se que o emagrecimento era um efeito colateral importante e desejado por muitos. Foi assim que a droga evaporou das prateleiras e mudou a economia da Dinamarca.

Kalundborg, a cidade que abriga a fábrica da farmacêutica Novo Nordisk, virou um polo de empregos o local cresceu 26,88% em um ano.

Em 2023, os lucros da companhia dispararam mais de US\$ 12 bilhões (R\$ 69,6 bilhões) e seu valor de mercado ultrapassou US\$ 600 bilhões (R\$ 3,4 bilhões).

Naquele ano, o PIB dinamarquês cresceu 1,9%. Sem a indústria farmacêutica, o crescimento teria sido exatamente 0%, segundo o Danske Bank.

OS OVOS DE OURO

Sim, eles estão caros. O preço dos ovos subiu 15,39% em janeiro, taxa que representa a maior in-

Continuação: Roche assina contrato mais caro da história de medicamento contra obesidade e o que importa no mercado

inflação mensal para o produto desde a implementação do Plano Real, em 1994.

O que está acontecendo? Uma combinação de fatores pressiona o alimento.

O crescimento da demanda com o retorno às aulas no país inteiro.

O ovo é um dos ingredientes da merenda escolar, e, por isso, sua demanda cresce depois de um período de baixa nas férias escolares.

O aumento das exportações do produto devido ao problema grave de gripe aviária nos EUA.

Há uma crise sanitária nas granjas americanas: milhões de aves já foram abatidas devido ao espalhamento da doença entre os animais. Por isso, o país está importando ovos para suprir sua demanda. Um dos vendedores é o Brasil.

O calor excessivo nos primeiros meses do ano no Brasil.

Assim como nós, as galinhas também passam mal e sentem fadiga com o aumento da temperatura. Pense em botar e chocar centenas de ovos nas semanas de onda de calor? Por esse motivo, a produção diminuiu.

Somando todos esses fatores, a resposta é: há menos ovos do que o normal nas prateleiras dos supermercados.

SOBE SEM PARAR

O aumento do preço dos ovos e de todos os outros produtos da cesta foi calculado pelo IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) e divulgado no IPCA (Índice de Preços ao Consumidor Amplo) ontem.

O índice acelerou 1,31% em fevereiro, em relação ao mês anterior. Na base anual, o acumulado é de 5,06%.

O ovo e o café moído cujo preço cresceu quase 11% pressionaram o grupo dos alimentos, cuja inflação acelerou 0,7%. O resultado foi melhor do que o de janeiro.

A batata inglesa, o arroz e o leite longa-vida ajudaram a segurar o índice, uma vez que houve queda nestes preços.

O preço que mais aumentou em fevereiro foi o da conta de luz, que cresceu 16,8%.

Alguns itens que contribuíram com o aumento da inflação são sazonais, como o reajuste das matrículas escolares e o reajuste do ICMS, o imposto cobrado pelos estados.

"Tem muita coisa ruim, mas pontual, nesse fevereiro", afirma o economista Fábio Romão, da LCA. "Não teve surpresa. A inflação continua pressionada."

****SE FICAR O LEÃO PEGA, SE CORRER O LEÃO COME****

Chegou aquela época do ano. As declarações do Imposto de Renda 2025 podem ser entregues a partir de segunda-feira (17). De lá até o dia 30 de maio, você pode se preocupar todos os dias com a declaração que está postergando fazer.

A Receita Federal espera receber, no total, 46,2 milhões de declarações.

Vamos às novidades. A principal mudança foi a alteração do valor de rendimento tributável que obriga a pessoa a prestar contas.

A quantia subiu de R\$ 30.639,90 para R\$ 33.888, devido ao aumento no limite de isenção aplicado pelo governo em 2024. Esses rendimentos são os valores recebidos de salários, aluguéis, aposentadorias e pensões do INSS.

Continuação: Roche assina contrato mais caro da história de medicamento contra obesidade e o que importa no mercado

A fila de pagamentos da restituição vai mudar: quem opta por receber por Pix e também fizer a declaração pré-preenchida, passará na frente de quem só fizer a pré-preenchida ou de quem só aceitar o pagamento via Pix.

Ainda, a Receita vai passar a identificar os contribuintes que têm conta bancária no exterior e não declaram essa informação.

O contribuinte também não vai precisar mais informar o título de eleitor na declaração.

O programa do IR para computadores deixa de existir, e agora, tudo deve ser feito pelo aplicativo, disponível hoje.

ATRASO

A Receita Federal atrasou a liberação dos dados e a declaração pré-preenchida do IR só estará completa a partir de 1º de abril.

Na declaração pré-preenchida, há dados fornecidos por empresas prestadoras de serviços ou para quem o contribuinte prestou serviços, além de informações bancárias.

O leão é responsável por cruzar e conferir o que foi entregue, sem que o contribuinte precise começar a declaração do zero.

O que aconteceu? Uma paralisação de auditores fiscais da Receita, que já passa de cem dias. Além das operações relativas ao IR, o movimento também afeta outras áreas tributárias ligadas ao Ministério da Fazenda.

A mobilização quer abrir uma mesa de negociação específica para determinar reajustes nos salários e benefícios dos servidores.

****VOCÊ JÁ TEVE UM LEGO?****

Esta é uma edição da newsletter tomada por empresas dinamarquesas. A Lego, nativa de lá, conquistou mais participação de mercado de seus concorrentes em 2024, e consolidou-se como a maior fabricante de brinquedos do mundo.

EM NÚMEROS

- Ela expandiu as vendas anuais em 13%, alcançando 74,3 bilhões de coroas dinamarquesas (R\$ 62,4 bilhões) no ano passado;

- O lucro operacional subiu cerca de 10%, para 18,7 bilhões de coroas (R\$ 15,7 bilhões);

- O resultado foi impulsionado pela demanda nas Américas, Europa e Oriente Médio, segundo seu último relatório de resultados, divulgado na terça-feira (11);

Seus maiores concorrentes, Hasbro e Mattel, registraram queda nas vendas.

O segredo é atirar para todo o lado. Em palavras melhor escolhidas, isso quer dizer que a Lego investiu muito na expansão do seu portfólio que hoje tem 840 produtos.

A vantagem de vender um brinquedo que consiste em empilhar peças para criar qualquer coisa é a possibilidade de montar de tudo um pouco.

Vasos de flores, cenários de filmes, réplicas de aeronaves e tênis da Nike. Há um kit da Lego para cada um desses exemplos.

PROBLEMAS NO PARAÍSO

As infames pecinhas da fabricante são produzidas em Monterrey, no México. As tarifas de Donald Trump impostas a produtos importados do país podem atrapalhar os negócios da Lego, que tem os EUA como seu principal mercado.

Continuação: Roche assina contrato mais caro da história de medicamento contra obesidade e o que importa no mercado

Os encargos devem começar a valer em 2 de abril, segundo o anunciado até o momento.

Os EUA são de longe o maior mercado para brinquedos, e também para a Lego, disse o CEO Niels B. Christiansen em entrevista à Bloomberg.

A empresa constrói uma fábrica no estado americano da Virgínia, mas a planta não deve ficar pronta até 2027.

Mas...o líder executivo da Lego não está tão preocupado com isto.

Se conseguirmos manter esse nível de crescimento, então [as tarifas] não serão um problema, declarou Christiansen.

****O QUE MAIS VOCÊ PRECISA SABER****

O pão endurece. Governo prevê corte de R\$ 7 bilhões no orçamento do Bolsa Família para incluir novos gastos.

Vale tudo. União Europeia quer taxar tudo até camisola feminina para revidar tarifas de Trump.

Tampa de um lado, vaza do outro. Mesmo com Elon Musk passando a tesoura nas despesas do governo americano, os gastos públicos atingiram recorde em fevereiro.

Pikachu vendido. A Scopely, uma empresa saudita, comprou o jogo Pokémon Go em acordo de US\$ 3,5 bilhões (R\$ 20,3 bilhões).

Bayer Pharma e Megalabs fazem acordo para venda de medicamentos

ECONOMIA

{Setor farmacêutico Estratégia

Bayer **Pharma** e Megalabs fazem acordo para venda de medicamentos

- Parceria envolve nove produtos sem patentes para tratamentos nas áreas de saúde da mulher e cardiologia; valor estimado de vendas é de mais de R\$ 500 milhões neste ano.

Sem produção no Brasil, fruto de uma revisão estratégica de negócios para se concentrar em desenvolvimento e na venda de grandes marcas de medicamentos, a Bayer **Pharma**, divisão do grupo alemão Bayer, vem fazendo parcerias com outras empresas do setor para gestão e distribuição de algumas de suas linhas de produtos. E acaba de firmar com a também alemã Megalabs um acordo para comercialização de um grupo de produtos das áreas de contracepção (ginecologia) e cardiologia, com vendas que devem somar mais de R\$ 500 milhões este ano, pelos cálculos da consultoria IQVIA.

"Medicamentos de alto custo, que fazem parte da nossa especialidade", diz o executivo, referindo-se a cinco lançamentos feitos nos últimos três anos e a novos produtos que a companhia trará ao mercado futuramente.

A Bayer **Pharma** segue responsável, por exemplo, pela promoção e venda do Firialta, indicado para o tratamento de doença renal de diabetes. Também fica com a empresa a gestão e comercialização dos contraceptivos de longa duração Mirena e Kyleena (dispositivos intrauterinos hormonais). "São exemplos de marcas nas áreas cardiorrenal e saúde feminina que seguiremos investindo fortemente no Brasil, e continuam prioridade para a Bayer."

O grupo Bayer alcançou receita de ? 18,13 bilhões

(R\$ 114,4 bilhões) em 2024. Desse valor, a América Latina reportou ? 1,044 bilhão (R\$ 6,5 bilhões). Globalmente, o grupo Bayer registrou receita de ? 46,6 bilhões (R\$ 294,1 bilhões) em 2024.

O Brasil, com as três unidades de negócios, é o segundo maior mercado em receitas do grupo, puxadas pela divisão voltada ao agronegócio - só perde para os Estados Unidos. "Na divisão farmacêutica, a Bayer **Pharma** Brasil está entre as dez maiores unidades de negócios do grupo", diz Jacob.

"Na divisão farmacêutica, a Bayer **Pharma** Brasil está entre as dez maiores unidades de negócios do grupo", afirma Adib Jacob, presidente da Bayer **Pharma** Brasil.

RECEITAS EM DOBRO. Para a Megalabs, que estreou no mercado brasileiro em 2016 com a aquisição de uma farmacêutica local, o acordo com a Bayer **Pharma** trará um grande salto em receitas no País: a empresa sai de pouco mais de R\$ 400 milhões para mais de R\$ 900 milhões com a linha de nove produtos da Bayer que passará a comercializar.

A estratégia da companhia, controlada por uma família alemã e presente em 20 países, é crescer com aquisições, lançamentos e parcerias para distribuição, afirma Marcelo Forti San Andrea, gerente-geral da companhia no Brasil. As principais áreas de medicamentos da Megalabs são dermatologia, gastroenterologia, ortopedia, linha respiratória e pediatria. O executivo informa que a farmacêutica vai reforçar seu time de marketing e de vendas, hoje de 500 pessoas, com mais 100 contratações.

A parceria envolve medicamentos que já perderam as patentes e requerem forte relação comercial com o varejo. São nove marcas: Allurene, Angelig, As-

Continuação: Bayer Pharma e Megalabs fazem acordo para venda de medicamentos

pirina Prevent, Diane 35, Mesigyna, Xarelto, Yasmin, Yaz e Yaz Flex, usadas em tratamentos nas áreas de saúde feminina e cardiologia. Anticoagulante, com patente perdida anos atrás, o Xarelto figura entre os medicamentos de maior venda no País dentro de sua categoria.

A opção por esse modelo de negócio foi acertada, diz Adib Jacob, presidente da Bayer **Pharma** no Brasil e líder regional na América Latina. O executivo diz que parcerias iguais já foram feitas com êxito na Argentina e no Chile (ampliada para Uruguai e Bolívia). E no Brasil, em 2024, foi fechado um acordo similar com a Biolab na área de contraceptivos - no caso, o Qlaira, com vendas estimadas em R\$ 270 milhões na época.

"O acordo ilustra o momento da empresa no Brasil e no mundo. Ao fazer isso, poderemos concentrar esforços e foco em um portfólio mais maduro", diz Jacob.

FORÇA COMERCIAL. Segundo ele, a Megalabs traz musculatura comercial e grande presença no varejo de remédios. "Esse acordo é voltado a um portfólio mais maduro", diz. "Vamos focar nas grandes marcas, como Firialta, terceiro maior produto da Bayer, que vai passar de R\$ 200 milhões em vendas

neste ano, e, na área de oftalmologia, o Eyllia, com vendas na mesma ordem."

Na revisão estratégica da Bayer, feita há anos, manter unidades fabris no Brasil não mostrou fazer sentido, embora o País seja considerado um dos grandes mercados de medicamentos no mundo. Há três anos e meio, a empresa vendeu para a União Química a fábrica de hormônios que tinha na zona sul da cidade de São Paulo. "Alguns medicamentos eles continuam a fabricar para nós sob a marca da Bayer **Pharma.**"

Hoje, a produção de medicamentos da divisão farmacêutica está concentrada na Alemanha, com vários complexos fabris. Nas Américas, a produção está nos EUA, no México, na Costa Rica e na Argentina. "Tem de haver algum sentido, por exemplo, tecnológico, entre outros, para justificar uma unidade fabril", diz.

No comando da Bayer **Pharma** há seis anos no Brasil, e há cinco também responsável pela América Latina, Jacob diz que a farmacêutica teve crescimento de dois dígitos nas vendas no País no ano passado. A empresa não abre seus números por países - no mundo, a Bayer **Pharma** registrou receita de ? 16,6 bilhões.}

Opinião | Ajustes de Prazo de Patentes: entenda por que é necessária uma definição



Para as **patentes** alcançadas por essa decisão vinculante, ou players no mercado que visam lançar produtos com a mesma (ou similar) tecnologia, contar com novas disposições legais será produtivo para a segurança e previsibilidade no mercado

Desde que o Supremo Tribunal Federal decidiu pela inconstitucionalidade do parágrafo único do artigo 40, da Lei de **Propriedade** Industrial (LPI) em 12 de maio de 2021, as patentes concedidas pelo Instituto Nacional da **Propriedade** Industrial (**INPI**) não fazem mais jus à proteção automática de 10 anos caso o exame dure mais da metade da regra geral de 20 anos a partir do depósito do pedido de patente (ou 15 anos no caso de pedidos de modelos de utilidade).

O Supremo Tribunal Federal modulou os efeitos da decisão vinculante na ADI 5.529, pois o dispositivo estava em vigor há mais de 25 anos. No contexto das ações constitucionais, se uma norma for declarada inconstitucional seus efeitos retroagem, mas a existência de longa data do parágrafo único do artigo 40 motivou os Ministros a resguardar seus efeitos passados, e a decisão passou a vigorar a partir da data da publicação, exceto para patentes farmacêuticas e relacionadas à saúde.

A não aplicação da modulação às patentes farmacêuticas e relacionadas à saúde é especialmente devido ao cenário de pandemia enfrentado na época, pois havia a preocupação de que tais patentes pudessem ser um obstáculo para as empresas far-

macêuticas brasileiras eventualmente fabricarem medicamentos e insumos para o tratamento da COVID-19, impactando o sistema de saúde em geral.

Portanto, muitas patentes deste setor que estavam desfrutando da proteção de 10 anos após a concessão foram extintas devido à decisão e as novas concessões para todas as indústrias também terão direito à proteção de 20 anos a partir da data do depósito. Os ministros justificaram a extinção do dispositivo legal citando os Patent Term Adjustment (PTA), afirmando que o parágrafo único era uma disposição TRIPS-Plus, e nenhuma regra semelhante estava em vigor em outras jurisdições. Portanto, após várias grandes farmacêuticas entrarem com ações judiciais para solicitar o ajuste dos prazos de proteção na Justiça Federal, o Supremo Tribunal Federal ou a própria Justiça Federal têm negado liminares para restabelecer essas patentes, mas nenhuma decisão final foi proferida ainda e o debate ainda está em aberto no Judiciário.

Considerando esse cenário, onde a proteção é contada a partir do depósito do pedido e nenhuma prorrogação foi permitida até o momento, os requerentes interessados em anular indeferimentos ou manter indeferimentos de pedidos de patentes pelo **INPI** na Justiça Federal devem estar cientes dos novos prazos caso almejem efeitos práticos decorrentes do potencial de proteção.

Por exemplo, se uma decisão de indeferimento for mantida pelo **INPI** em relação a um pedido de patente depositado em 2009, após um exame que durou 9 anos e análise de um recurso que durou 2 anos (11 anos contando as duas etapas), o prazo legal de 5 anos para contestar os indeferimentos em juízo pode não ser útil se cumprido à risca. Isso porque, mesmo que o indeferimento seja contestado na Justiça Federal até 2025 e uma decisão judicial final revertendo o indeferimento seja proferida em 2 anos, a eventual pro-

Continuação: Opinião | Ajustes de Prazo de Patentes: entenda por que é necessária uma definição

teção por uma patente concedida em juízo durará apenas alguns poucos anos antes de ser extinta.

Além disso, se o caso tiver mais de 15 anos de tramitação no **INPI**, ajuizar a ação judicial no limite do prazo pode resultar na reversão após 20 anos da data do pedido, o que significa que a patente pode ser concedida na situação peculiar de já estar extinta de acordo com a regra geral restante, ou seja, a patente é "natimorta". Em vista disso, uma definição sobre se os ajustes de prazo de patente são viáveis ou não é desejada para a previsibilidade dos mercados e indústrias.

Não obstante, desde a decisão do Supremo Tribunal Federal, as ações judiciais de PTA nos Tribunais Federais já contam mais de 60 reivindicações de empresas farmacêuticas com o objetivo de impedir que patentes valiosas expirem mais cedo ou restaurar patentes extintas pela correção da vigência. No entanto, os juízes federais estão relutantes em conceder as extensões, resultando em uma taxa de rejeição de aproximadamente 80% dos pedidos liminares. Por isso, menos da metade dos casos de PTA em andamento possuem pedido de liminar.

Por outro lado, grandes empresas farmacêuticas que possuem diversas patentes impactadas pela decisão citada têm fortes argumentos para solicitar prorrogações pontuais e específicas por determinação judicial devido a circunstâncias e atrasos não provocados pelo titular da patente. Segundo algumas empresas farmacêuticas, a referida decisão no ADI 5.529 proíbe a extensão automática e indiscriminada da validade da patente por dez anos, enquanto, em ca-

sos específicos, as liminares apenas suspenderiam os efeitos da decisão do **INPI** declarando a extinção da patente, adotando uma técnica interpretativa mais permissiva do ADI 5.529 quanto à extensão da validade da patente.

E embora a mora do **INPI** seja conhecido pela comunidade de PI no Brasil, o judiciário atualmente entende que esse atraso no exame não poderia transferir indiretamente ônus à sociedade, pois exceder os períodos de proteção patentária seria atípico em outras jurisdições. E se, dentro do Judiciário, a perspectiva sobre a extensão da validade da patente permanece em aberto, as empresas estão depositando suas esperanças no arcabouço legislativo, que pode ser decisivo para o assunto se regras específicas forem promulgadas antes da definição no Judiciário.

Como uma avaliação geral, uma vez que a administração do **INPI** e as autoridades públicas têm trabalhado para combater o backlog, e as disposições que exigiam que a Entidade Reguladora Sanitária fornecesse parecer preliminar sobre produtos farmacêuticos também foram revogadas, há uma tendência otimista quanto aos impactos da decisão na ADI 5.529 daqui para frente. No entanto, para as **patentes** alcançadas por essa decisão vinculante, ou players no mercado que visam lançar produtos com a mesma (ou similar) tecnologia, ter uma definição no judiciário ou contar com novas disposições legais será produtivo para a segurança e previsibilidade no mercado, seja admitindo ou fechando a via judicial de PTA.

Brasil deve escapar da armadilha da baixa e média tecnologia

TENDÊNCIAS/DEBATES

Inovação abrange setores que até competem com técnicas modernas, mas sem a mesma intensidade e potencial dos segmentos de alto desempenho.

Glauco Arbix.

Professor titular do Departamento de Sociologia da USP é pesquisador do Centro de Inteligência Artificial (USP/Fapesp/IBM); ex-presidente do Ipea e da **Finep**.

O declínio da indústria brasileira extrapolou a economia e tornou-se uma questão social e política crítica. Diante de um novo ambiente internacional, em que as grandes economias se preparam para se defender das políticas predatórias de nações mais avançadas, a fragilidade da economia, em especial de sua capacidade de inovação, transformou-se em um obstáculo para a melhoria dos salários e a geração de empregos decentes e mais qualificados. Uma trava real para a redução das desigualdades sociais.

Embora o país tenha conseguido criar empresas globalmente competitivas e incentivar um número crescente de startups de tecnologia, o aumento do nível e da qualidade da inovação continua sendo o maior desafio para a elevação da produtividade.

Não é segredo que o financiamento é caro, que o ambiente regulatório nem sempre é amigável e que a tributação e a infraestrutura amarram o país. O BNDES, a **Finep** (Financiadora de Estudos e Projetos) e os planejadores públicos conhecem muito bem esses obstáculos, que já estavam presentes na PITCE (Política Industrial, Tecnológica e de Comércio Exterior, 2004), na Política de Desenvolvimento Produtivo (2008), no Plano Brasil Maior (2011) e no Inova Empresa (2013). Essas políticas industriais estimularam a inovação, mas não conseguiram alterar o padrão de baixo desempenho que marca a economia. Atual-

mente, o Nova Indústria Brasil (NIB), por maior que seja sua importância, tampouco será suficiente para dar o salto que a economia precisa.

Isso porque a inovação brasileira está concentrada em setores não tecnológicos ou de baixo nível tecnológico, que competem muitas vezes até mesmo com técnicas modernas, mas sem a mesma intensidade e sem oferecer o mesmo potencial de crescimento que os segmentos de alto desempenho, que geram tecnologias e impulsionam o novo ciclo tecnológico que sacode o planeta. Esse novo ciclo tem no seu coração o digital, a começar pela inteligência artificial, em que o Brasil revela enorme atraso. A economia não elevará seu patamar de eficiência, sofisticação e competitividade apenas com a intensificação de políticas que se mostram necessárias, mas oferecem repetidamente mais, embora do mesmo.

Os tímidos indicadores de digitalização, o volume muito abaixo da média mundial de robôs industriais e o enorme atraso em semicondutores, para não falar das patentes, tornam flagrante a fragilidade endêmica da nossa economia, que tende a se manter em um padrão intermediário, incapaz de gerar crescimento constante, limpo e sustentável para competir internacionalmente e atender necessidades básicas da população.

Nossa especialização em produtos de menor valor agregado e em commodities, que caracteriza a economia há décadas, prendeu o país em uma armadilha da baixa e média capacidade tecnológica. A lógica, que somente será rompida com políticas focalizadas, intensivas em investimento e conhecimento. Para escapar dessa armadilha, o país precisa de mudanças transformadoras conduzidas por um corpo especializado, uma Agência de Projetos de Tecnologias Avançadas para atuar como um catalisador

para inovações de ruptura.

No mundo em vertigem que vivemos, é preciso ousar além da lógica tradicional de fomento à inovação. As abordagens recorrentes de política industrial, ainda que possam ajudar, não conseguirão reduzir o déficit tecnológico atual se uma parcela do investimento disponível não se concentrar em poucos projetos de vulto. Desde o Proálcool, o Brasil implementa políticas que atendem empresas, universidades e pesquisadores, mas não resolvem projetos de interesse nacional efetivamente transformadores.

Uma proposta de criação de uma Iniciativa de Pro-

Continuação: Brasil deve escapar da armadilha da baixa e média tecnologia

jetos Tecnológicos de Alto Impacto nasceu no Conselho (CDESS) no início de 2023 e foi aprovada pelo presidente da República em 2024. Embora ainda não tenha se tornado realidade, esse programa pode apresentar resultados no médio prazo e alavancar a criação de uma agência de inovação de alto desempenho, que reúna pessoal qualificado do BNDES, da **Finep**, da Embrapii, ABDI e Embrapa.

O Brasil tem competência para dar esse salto e responder a um mundo em que as tecnologias mais avançadas tenderão a ficar confinadas em seus países de origem.

'Make it Fair': setor criativo britânico se une contra projeto de lei de IA que ameaça direitos autorais



A corrida global para desenvolver ferramentas tecnológicas baseadas em inteligência artificial está se intensificando. Ela é alimentada por investimentos dos setores público e privado, interessados em manter uma vantagem competitiva na era da IA.

No Reino Unido, a indústria de IA deve gerar £ 400 bilhões (R\$ 3 trilhões) até 2030. No entanto, as estruturas regulatórias que controlam esses avanços são frequentemente vistas como barreiras à inovação e ao investimento.

Para reduzir os riscos potenciais em tecnologias de IA, empresas e organizações públicas em todo o mundo estão em uma corrida para adotar cada vez mais a autorregulamentação a fim de estabelecer práticas de inteligência artificial conscientes.

Utilizando a inteligência artificial de forma responsável

A campanha Make it Fair foi lançada pelas indústrias criativas do Reino Unido em 25 de fevereiro.

O objetivo é instar o governo a apoiar artistas e a aplicar as leis de **direitos** autorais por meio de uma abordagem de IA responsável.

A inteligência artificial consciente abrange uma estrutura que envolve vários fatores, desde desafios técnicos até considerações éticas.

À medida que as empresas desenvolvem e incorporam tecnologias de IA, o diálogo deve se estender para além dos algoritmos e da integridade dos dados para envolver uma análise cuidadosa dos impactos sociais e econômicos da tecnologia.

Iniciativas destinadas a aumentar a transparência e a responsabilização são essenciais para reconstruir a confiança do público.

Além disso, é necessário promover uma colaboração entre as pessoas e a inteligência artificial a fim de abrir caminho para inovações que não sejam apenas eficazes, mas também apoiadas pela sociedade.

A necessidade de abordagens de IA mais responsáveis está se tornando cada vez mais urgente à medida que os artistas lidam com sérias preocupações relacionadas à violação de **direitos** autorais e à segurança no emprego.

No Reino Unido, a indústria criativa vale £ 126 bilhões (R\$ 947 bilhões), empregando 2,4 milhões de pessoas em 2022.

e riscos

A corrida pela inteligência artificial já transformou quase todos os setores, e as indústrias criativas não são exceção.

A IA generativa promete diversas oportunidades. Desde o aprimoramento de processos criativos até a entrega de experiências personalizadas ao público, podendo ser mais eficiente e com um melhor custo-benefício.

Continuação: 'Make it Fair': setor criativo britânico se une contra projeto de lei de IA que ameaça direitos autorais

À medida que essas tecnologias continuam a evoluir, fornecendo aos criadores maior controle e qualidade sobre os resultados gerados, elas se tornam ferramentas indispensáveis para artistas visuais, escritores, músicos e produtores em todo o mundo.

No entanto, essas oportunidades vêm com riscos substanciais, particularmente no que diz respeito aos direitos de propriedade intelectual e à potencial reformulação do trabalho.

Inteligência Artificial generativa

Os sistemas de IA generativa se baseiam fortemente em criações humanas. Sem as contribuições originais dos artistas, essas tecnologias seriam incapazes de gerar novos conteúdos.

Infelizmente, a falta de transparência e regulamentação desses sistemas cria uma situação sem precedentes. Obras protegidas por **direitos** autorais estão sendo usadas para treinar modelos de inteligência artificial sem a devida compensação ou consentimento.

Os mesmos sistemas que estão minando a propriedade intelectual dos criadores também estão diminuindo suas oportunidades de emprego.

À medida que as plataformas de IA generativas simplificam os processos e aumentam a produtividade, elas correm o risco de diminuir os empregos nas indústrias criativas.

Ao mesmo tempo que os resultados gerados por inteligência artificial proliferam, eles podem acabar superando os trabalhos originais em modelos de treinamento. Isso pode potencialmente levar a um cenário cultural dominado por uma estética de IA sem graça e uniforme.

Equilibrando IA e **direitos** autorais

Em janeiro de 2025, o Reino Unido lançou o Plano de

Ação de de IA, consolidando uma estratégia do governo para o desenvolvimento de inteligência artificial.

Embora ainda não tenha estabelecido uma legislação específica sobre segurança e desenvolvimento de IA, como o AI Act de 2024 da UE, o plano defende uma estrutura de regulação a favor da inovação.

Ele pode oferecer uma vantagem competitiva para empresas de tecnologia de IA em relação a regulamentações mais rigorosas.

Incertezas

Em relação às questões de **direitos** autorais, o plano de ação do Reino Unido destaca que a incerteza atual em torno da proteção da **propriedade** intelectual está dificultando a inovação e os avanços da IA.

Ele faz referência à Lei de IA da União Europeia [onde sistemas de inteligência artificial são classificados de acordo com o risco que apresentam para os usuários] como um modelo potencial que incentiva a inovação da tecnologia.

Ao mesmo tempo, o modelo também garante que os donos dos **direitos** autorais mantenham o controle sobre seu conteúdo.

Direitos autorais e IA

No entanto, apesar de ser a regulamentação mais ambiciosa até o momento - fornecendo expectativas e diretrizes claras para o uso da IA na UE - a lei não consegue abordar as crescentes preocupações sobre violação de **direitos** autorais.

A regra afirma que qualquer uso de material protegido por **direitos** autorais precisa da autorização do autor, a não ser em algumas exceções já regulamentadas.

Um exemplo é o encontrado na Diretiva da UE

Continuação: 'Make it Fair': setor criativo britânico se une contra projeto de lei de IA que ameaça direitos autorais

2019/790. Ela permite o uso de obras protegidas por **direitos** autorais para fins de mineração de texto e dados [a mineração é um processo semi-automatizado que extrai informações de fontes e as torna mais compreensíveis a partir da análise de padrões].

Os detentores dos **direitos** autorais podem optar por não usar esse recurso ou garantir seu direito de serem remunerados por meio de um acordo de licenciamento.

Ao tomar essa decisão, a responsabilidade fica com os artistas, que podem não saber que suas obras estão sendo usadas para treinar modelos de inteligência artificial.

Rastreamento quase impossível

Isso torna quase impossível para os autores rastrear o roubo de sua propriedade intelectual. Mesmo que identifiquem uma violação, o custo de processar uma empresa de IA ainda permanece fora da realidade da maioria dos artistas.

Na recente consulta sobre IA e **direitos** autorais lançada pelo governo do Reino Unido, artistas e organizações culturais foram convidados a compartilhar suas opiniões sobre a abordagem proposta.

Embora os resultados desta pesquisa - encerrada em 25 de fevereiro - ainda não tenham sido publicados, os ministros parecem prontos para oferecer concessões significativas sobre as propostas iniciais.

Após semanas de protestos crescentes de artistas do Reino Unido, as autoridades agora estão discutindo uma série de mudanças.

De acordo com algumas fontes, elas podem isentar certos segmentos do sistema de opt-out [quando o usuário pode optar por não fornecer seus dados para o treinamento de IA].

Em vez disso, eles dariam acesso preferencial às empresas britânicas de inteligência artificial.

Pressão

Em um chamado dos sindicatos do Reino Unido, o TUC [Trades Union Congress, centro que representa sindicatos de trabalhadores] exigiu que a legislação garanta medidas de transparência para identificar a presença de obras protegidas por **direitos** autorais em dados de treinamento.

Isso permite que os artistas exerçam seus direitos em relação ao uso desses conteúdos.

No entanto, os desafios em relação aos **direitos** autorais não param nas fronteiras nacionais.

O International AI Safety Report, lançado após o AI Action Summit em Paris no mês passado, destacou a questão complexa.

Contexto internacional e dificuldades

Os países têm regras diferentes para controlar a coleta de dados on-line e a proteção da **propriedade** intelectual, tornando o cenário global difícil de lidar.

Somando-se à dificuldade, as empresas de IA lutam com ferramentas limitadas para obter e filtrar adequadamente os dados de treinamento com base em licenças.

Isso complica a capacidade de verificar seu uso em larga escala. Como resultado, muitos desenvolvedores estão hesitando em compartilhar detalhes sobre o conteúdo que usam.

Enquanto isso, os proprietários de sites estão endurecendo as restrições ao rastreamento de dados.

Além disso, estão bloqueando efetivamente a extração completa de conteúdo, o que pode dificultar os esforços legítimos de pesquisa de IA.

Continuação: 'Make it Fair': setor criativo britânico se une contra projeto de lei de IA que ameaça direitos autorais

À medida que os países buscam equilibrar a promoção da inovação e a proteção dos direitos, a discussão sobre a corrida pela inteligência artificial e **direitos** autorais precisa evoluir. Uma coisa é certa: as indústrias criativas não podem prosperar sem a contribuição original de seus criadores.

Este artigo foi publicado originalmente no portal acadêmico The Conversation e é republicado aqui sob licença Creative Commons.

INPI divulga cenário econômico no Brasil entre 2014 e 2024



Clientes de 57 países solicitaram ao **Instituto** Nacional de Propriedade Industrial (**INPI**) proteção de patentes até fevereiro de 2025. Entre os países que mais depositaram pedidos de patentes de invenção, estiveram os EUA (28%), Brasil (21%), China (10%), Alemanha (6%) e Japão (4%). Entre os depósitos de modelo de utilidade, marcas, desenhos industriais e contratos de tecnologia, a maioria dos pedidos foram protocolados por representantes do Brasil.

O **INPI** lançou a nota técnica 'Cenário econômico da PI (Propriedade Industrial) no Brasil - 2014-2024'. O objetivo é analisar os aspectos econômicos envolvidos na dinâmica dos pedidos e das decisões dos serviços de propriedade intelectual realizados pelo **INPI**. O documento terá uma nova versão a cada ano.

Na última década, a nota técnica avaliou a dinâmica dos serviços e das decisões considerando quatro períodos: 2014-2016 (crise econômica), 2017-2019 (lenta estabilização), 2020-2021 (pandemia de Covid-19) e 2022-2024 (recuperação econômica).

Até fevereiro foram concedidas 2.144 patentes e registradas 26.583 marcas, 863 desenhos industriais e 802 programas de computador; e averbados 158 contratos de tecnologia. Foram concedidas 4 indicações geográficas e nenhuma topografia de circuitos in-

tegrados. Na comparação com o mesmo período do ano anterior o registro de marcas (-18,2%) e as averbações de contratos (-10,2%) sofreram queda. Enquanto isto, as concessões de patentes (+7,0%), os registros de desenhos industriais (+290,5%) e de programas de computador (+24,7%) apresentaram alta.

Espaço Publicitário

Na área de patentes, os pedidos tiveram uma queda média de 1,8% ao ano. O número de pedidos manteve trajetória de relativa estabilidade ao longo da década, com crescimento em áreas específicas, como biotecnologia, farmacêutica, química e tecnologia da informação e comunicação.

Os depósitos de patentes acumulados no ano até fevereiro totalizaram 4,175, uma variação positiva de 0,5%. Os depósitos de marcas totalizaram 73.632 pedidos, um crescimento de 22,4% nesta base de comparação. Os pedidos de desenhos industriais totalizaram 1.152 (+15,7%), os depósitos de programas de computador alcançaram 823 (+31,1%) e as averbações de contratos de tecnologia apresentaram 147 pedidos (+21,5%). As indicações geográficas alcançaram 3 pedidos no período considerado (contra 4 em igual mês do ano anterior). Em topografias de circuitos integrados não ocorreram pedidos (frente a 1 pedido em 2024).

Redução

Os pedidos de depósito de patentes alcançaram 6.755, uma redução de -3,2% em relação ao trimestre móvel encerrado em janeiro. Em relação a marcas, foram realizados, no trimestre encerrado em fevereiro, 106.462 pedidos de registro, um aumento de 3,9% em relação ao trimestre móvel anterior. No trimestre dezembro-fevereiro observou-se, ainda, 1.850 pedidos de registro em desenhos industriais (+7,0%), 1.440 em programas de computador

Continuação: INPI divulga cenário econômico no Brasil entre 2014 e 2024

(-8,0%), 256 em contratos de tecnologia (-4,1%) e 4 em indicações geográficas (frente a 6 pedidos no trimestre móvel anterior).

Em marcas, os pedidos tiveram um crescimento médio de 10% ao ano, que se explica, entre outros fatores, pelo crescimento do e-commerce e do setor de serviços.

Em desenhos industriais, que tiveram aumento médio de 0,7% ao ano, o resultado acompanhou a trajetória da economia, alavancado pelos setores de moda, móveis e eletrônicos.

Em programas de computador, a digitalização acelerada da economia e o crescimento de novas soluções tecnológicas e plataformas digitais impulsionaram os pedidos de proteção, que cresceram, em média, 13% ao ano.

Já em indicações geográficas, o Brasil apresentou crescimento notável durante a década, impulsionado

pela percepção de seu valor não apenas como diferencial competitivo, mas também como forma de preservação da cultura local e de incentivo ao desenvolvimento regional.

Até fevereiro de 2025, as pessoas físicas responderam por 37% dos 794 depósitos de patentes de invenção efetuados por residentes. Entre os 66.754 depósitos de marcas, destaque para MEI, microempresa e EPP (48%). Dentre os 854 depósitos de desenhos industriais o destaque são as pessoas físicas (37%). Já entre os 823 depósitos de programas de computador as Instituições de Ensino e Pesquisa e o Governo representam 33%. Entre os 127 pedidos de averbação de contratos de tecnologia há predomínio absoluto de empresas de médio e grande porte.

Por Favor Digite Seu Nome Aqui

Índice remissivo de assuntos

Patentes

3, 7, 9

Marco regulatório | INPI

9, 17

Propriedade Industrial

9

Entidades

11

Propriedade Intelectual

13

Direitos Autorais

13